



Antonio Carlos (D) preside reunião da CCJ que acolheu proposta de Cristovam Buarque

Piso salarial para professor da rede pública é aprovado na CCJ

O projeto estabelece que, no ano posterior ao da sanção da nova lei, o piso para a jornada de 40 horas semanais não poderá ser inferior a R\$ 700 para professores de nível médio e a R\$ 890 para os de nível superior. Nos anos seguintes, nunca poderá ser menor que 60% do investimento mínimo por aluno. A proposta vai ao exame da Comissão de Educação. **Página 8**

CPI dos Bingos prorroga trabalhos

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes, apresentou à Mesa do Senado requerimento com a assinatura de 37 senadores para prorrogar as atividades por mais 60 dias. **Página 4**

Servidores apontam desvio em Ribeirão

Três funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na gestão de Antonio Palocci confirmaram superfaturamento de contratos que teria desviado R\$ 400 mil mensais. **Página 4**

Orçamento: relator corta emendas para compensar estado exportador

O relator-geral do Orçamento da União para este ano, deputado Carlito Merss, decidiu cortar R\$ 900 milhões nas emendas feitas pelas bancadas estaduais e pelas comissões do Congresso para compensar os estados exportadores, que contarão com R\$ 5,2 bilhões. Com isso, a votação do projeto orçamentário deve caminhar agora para o seu final. **Página 6**



Gilberto Mestrinho (C) convocou para hoje nova reunião da Comissão de Orçamento

Presidente do Senado promulga emenda que acaba com a verticalização e diz que é preciso evitar conflito entre os Poderes

Renan: STF dará última palavra sobre coligações

A emenda constitucional que autoriza os partidos a fazerem as coligações que desejarem – sem a necessidade de repetir nos estados a aliança que realizarem na eleição para presidente da República – foi promulgada ontem em sessão solene do Congresso. Encerrada a cerimônia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que caberá ao Supremo Tribunal Fe-

deral (STF) decidir se a norma valerá para as eleições deste ano. Questionado sobre a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o fim da verticalização não se aplica às eleições de 2006, porque não seria possível alterar as regras faltando menos de um ano para o pleito, Renan afirmou que é preciso evitar o conflito entre os Poderes. “A decisão final é do STF”, disse. **Página 3**



Renan Calheiros (ao lado da deputada Laura Carneiro) recebe proposta que promove alterações na legislação penal

Pais de jovens assassinados entregam projeto com 1 milhão de assinaturas

Integrantes da campanha “Diga não à Impunidade” apresentaram ontem aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, projeto que estabelece maior rigor contra os autores

de crimes hediondos. O grupo, do qual fazem parte pais de jovens assassinados, inclusive a autora de telenovelas Glória Perez, entregou mais de 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto de lei de iniciativa

popular. Renan Calheiros se comprometeu a elaborar um calendário “especialíssimo” para a votação da proposta. O senador Magno Malta defendeu tratamento mais duro para os criminosos. **Página 5**

Proposta de Zambiasi objetiva dar proteção legal às famílias que hoje vivem da produção do tabaco



Célio Azevedo

CRA se reporta a acordo internacional para controle do tabaco assinado pelo Brasil

Aprovado projeto que estimula substituição da cultura do fumo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto de lei que institui, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do tabaco por atividades alternativas. A proposta (PLS 341/05), de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), recebeu decisão terminativa na comissão.

Zambiasi lembrou que o Brasil assinou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que visa proteger a atual e as futuras gerações dos males causados pelo fumo e pela inalação da fumaça do tabaco. No entanto, destacou, não há legislação que proteja os agricultores do setor.

– Não havia proteção legal àqueles que democrática e livremente fizeram a opção de mudar de cultura – observou.

O relator da proposta, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA),

ressaltou que a alteração dos artigos 48 e 103 da Lei 8.171/91 é oportuna por complementar as medidas que estão sendo implementadas para estimular a migração da atividade de plantio de fumo para outras culturas.

Veto

Na mesma reunião, o presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), comunicou que o presidente da República vetou totalmente o PLC 142/05, que pretendia permitir a renegociação das dívidas de agricultores rurais. Ele informou ainda que o Poder Executivo editou medida provisória para tratar do assunto. Contudo, na opinião do presidente da CRA, a MP aborda de forma muito simplificada os problemas relacionados à agricultura e os referentes à situação dos produtores rurais, especialmente a dos pequenos e médios.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso premia mulheres cidadãs

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, vai ser comemorado hoje, às 10h, em sessão solene do Congresso Nacional. Na ocasião, cinco mulheres que se destacaram em 2005 na defesa da cidadania,

dos direitos humanos e políticos das brasileiras receberão o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Às 14h, o Plenário do Senado retoma a discussão das MPs que estão trancando a pauta de votações.



CPI ouve diretores do Banco do Brasil sobre Visanet

A CPI dos Correios discute, às 11h, com os diretores de Comunicação e de Varejo do Banco do Brasil, as denúncias de fraudes na verba da Visanet. A partir das 10h,

a Sub-Relatoria de Contratos ouve três representantes da companhia aérea Beta, e a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão faz acareação entre os dirigentes do fundo Nucleos.

Já a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção faz, às 14h, a oitiva do presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda (Abap), Dalton Pastore.

Bingos toma depoimentos de doleira e de delegado

Com reunião prevista para as 11h, a CPI dos Bingos toma depoimentos de Nelma Kodama, proprietária da Havaí Câmbio e Turismo,

de Santo André (SP). Segundo o doleiro Toninho da Barcelona, ela teria feito operações irregulares para o PT. Também vai ouvir o

delegado Benedito Antonio Valencise, que investigou os contratos irregulares da empresa Leão&Leão na prefeitura de Ribeirão Preto.

Educação profissional em discussão

A Comissão de Educação (CE) vai se reunir às 10h para discutir projetos que reservam recursos ao desenvolvimento da educação profissional e qualificação de trabalhadores. Foram convocados o

secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, e o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, deputado Alex Canziani.



CCJ realiza novas audiências sobre o Fundeb

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para discutir a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O encontro será realizado em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Indicações de diplomatas

As indicações para os representantes brasileiros na embaixada do Equador e na Agência Internacional de Energia Atômica serão analisadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 9h30. Foram indicados, respectivamente, os diplomatas Antonino Marques Porto e Antonio José Vallim Guerreiro.

Planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30. Será analisado projeto sobre critérios diferenciados aos portadores de deficiência para a concessão de aposentadoria (PLS 358/05). Também na pauta, proposta que exige dos planos de saúde a inclusão das despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS 75/02).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Jonas Ribeiro e João Batista Motta e pela senadora Ana Júlia Carepa



Osmar Dias defende ampliação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios

Osmar Dias quer mais recursos para os entes federativos

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/05, de sua iniciativa, que destina ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios 10% da arrecadação advinda de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

– Com a aprovação da emenda, os municípios passarão a ter cerca de R\$ 15 bilhões disponíveis a mais por ano. Esse dinheiro não vai ser retirado dos serviços para os quais essas contribuições foram criadas, mas ajudarão a evitar o caos na saúde pública, como o fechamento de hospitais municipais – sustentou o representante do Paraná.



Pontes destaca melhora nos indicadores sociais e econômicos do estado

Luiz Pontes volta ao Senado e elogia governo do Ceará

Em seu retorno após três anos de licença para exercer o cargo de secretário do governo do estado do Ceará, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) fez uma avaliação do governo estadual nesse período, destacando a melhora nos indicadores sociais e econômicos, alcançados, a seu ver, pelas políticas adotadas pelo governador Lúcio Alcântara.

Pontes manifestou alegria por reassumir o mandato de senador com a sensação de missão cumprida na administração estadual.

– Foram três anos de trabalho, realizações e, principalmente, aprendizado. É ao povo cearense que continuarei dedicando o meu tempo e o meu trabalho – disse.

Em sessão solene do Congresso, presidente do Senado assina a emenda que acaba com verticalização das alianças; STF deve decidir se regra já valerá nas eleições deste ano

Renan promulga emenda que libera as coligações partidárias

Em sessão solene do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou promulgada, ontem, a Emenda Constitucional 52, de 2006, que autoriza os partidos a fazerem as coligações que desejarem nas eleições, acabando, assim, com a regra da verticalização.

Decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na semana passada, obriga os partidos a seguirem nos estados e municípios as coligações firmadas para a sucessão presidencial nas eleições deste ano.

O 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), leu o texto da nova emenda, assinada pelas direções da Câmara e do Senado, com cópias que serão destinadas às duas Casas do Legislativo, à Presidência da República e ao



Renan Calheiros promulga a EC 52 juntamente com Aldo Rebelo, presidente da Câmara

Arquivo Nacional.

A emenda dá nova redação ao artigo 17, § 1º, da Constituição federal para assegurar aos partidos o poder de adotar, na forma da lei, os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais em nível nacional, estadual ou municipal sem a obrigatoriedade de vinculação.

O texto em vigor já garante aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo os estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias. A promulgação, que ocorreu em breve cerimônia, sem discursos, foi encerrada sob aplausos do Plenário.

“É necessário evitar conflitos entre os Poderes”

Encerrada a sessão de promulgação da Emenda Constitucional 52, que autoriza os partidos a fazerem as coligações que desejarem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que “a bola agora está com o Supremo Tribunal Federal [STF]”, a quem caberá decidir se a nova regra valerá para a eleição deste ano.

Questionado sobre a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o fim da verticalização não vale para as eleições de 2006, porque não seria possível alterar as regras faltando menos de um ano para o pleito, Renan disse que é preciso evitar o conflito de Poderes.

– Nós não vamos transformar 2006 em um ano vermelho, nem transformar as relações entre o Legislativo e o Judiciário num duelo à luz do dia. Nós promulgamos a emenda e o Supremo vai dizer se ela é constitucional ou não – destacou.

Renan Calheiros destacou também que o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, é um dos melhores nomes do STF e “um constitucionalista de mão-cheia”.

– Talvez, no STF, seja o ministro com quem eu mais converso. Essas tensões são naturais, são democráticas – enfatizou.

O presidente do Senado defen-

deu o entendimento de que todos ajam “com equilíbrio e responsabilidade para que isso tudo não acabe em conflito de Poderes”. Perguntado sobre a possibilidade de a Emenda 52 liberar as coligações também para as eleições proporcionais, e não apenas para as majoritárias, ele explicou que considera a verticalização conveniente, mas não no momento, com “29 ou 30 partidos”.

– Eu defendo a verticalização como conceito, mas para depois de uma reforma política e não para ser implantada como primeiro passo dessa reforma. O Congresso fez sua parte, mas a decisão final é do STF – disse.

José Jorge apela ao STF para que revise decisão do TSE

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), fez ontem um apelo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que revise a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a manutenção da verticalização nas eleições de outubro. Ele considera que a verticalização, “medida aparentemente boa, é, na verdade, restritiva, porque



José Jorge diz que a verticalização é restritiva e desestimula os partidos

obriga os maiores partidos, que têm candidatos à Presidência da República, a manterem as coligações nos estados, enquanto pequenos partidos podem coligar-se com quaisquer outros”.

– Além disso, essa regra pode desestimular alguns partidos que poderiam lançar candidato próprio à Presidência, mas não o fazem para não atrapalhar coligações estaduais – lembrou.

José Jorge comentou que até mesmo o ex-ministro do STF e ex-senador Paulo Brossard considera um equívoco a análise do TSE quanto à não-validade da emenda para este ano. Brossard teria questionado qual seria a interpretação do tribunal caso as eleições para presidente e as para os demais cargos fossem realizadas em datas diferentes.



Para Saturnino, busca da democratização do acesso à leitura é iniciativa pioneira

Saturnino elogia Plano Nacional do Livro e Leitura

Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a implementação, pelo governo federal, do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), para atender aos objetivos da Política Nacional do Livro. Uma das principais metas do plano é aumentar em 50%, até 2007, o índice nacional de leitura.

– Trata-se de uma iniciativa pioneira, inédita em 500 anos de história brasileira. Uma história que nunca tratou com atenção a questão da leitura – afirmou.

O senador explicou que o plano é estruturado na expansão de bibliotecas, em campanhas de fomento e na valorização e formação de mestres e agentes multiplicadores de leitura.



Aelton defende a redução da taxa de juros para o desenvolvimento do Brasil

Aelton: é possível dobrar o crescimento do PIB em 2006

Aelton Freitas (PL-MG) disse acreditar que, neste ano, com a redução suficiente da taxa de juros, o país “poderia crescer mais do que o dobro dos 2,3% de aumento do produto interno bruto (PIB) em 2005”.

– Quem conhece o assunto afirma, sem medo de errar, que seria possível trabalharmos com uma expansão anual de 4,5% do PIB não apenas no curto prazo, mas por alguns anos, em movimento semelhante ao ocorrido em países asiáticos – afirmou.

Aelton ressaltou que a taxa de juros de 17% ao ano em vigor no Brasil encarece o crédito, inibe os investimentos em produção e impede ciclos de crescimento.

Como o pedido conta com mais de 27 assinaturas, extensão dos trabalhos não depende de votação, mas documento precisa ser lido em Plenário e publicado no *Diário do Senado*

Mesa recebe requerimento que prorroga prazo da CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), apresentou à Mesa do Senado, no início da noite de ontem, o requerimento que solicita a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 60 dias. Com a assinatura de 37 senadores – eram necessárias 27 –, o requerimento pede a extensão das atividades do colegiado até o dia 24 de junho. Porém, a prorrogação só será efetivada depois que o documento for lido por integrante da Mesa em

sessão plenária e publicado no *Diário do Senado Federal* no dia seguinte, o que pode ocorrer ainda esta semana.

Instalada em 29 de junho de 2005, a CPI dos Bingos teve prazo inicial estipulado em 120 dias. Em outubro de 2005, foi prorrogada por 180 dias, o que ampliou sua data final até 25 de abril de 2006.

Apesar do novo prazo de encerramento, o relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), informou

que pretende apresentar seu relatório final até 24 de maio.

Ribeirão Preto

A CPI dos Bingos, que funciona no âmbito do Senado, deve tomar hoje mais dois depoimentos: o de Nelma Mitsue Penasso Kodama, dona da Havaí Câmbio e Turismo, empresa de Santo André (SP); e o de Benedito Antônio Valencise, delegado seccional de Ribeirão Preto (SP), responsável pelas investigações dos contratos da empresa Leão Leão com a prefeitura do município.

Servidora de Ribeirão Preto confirma superfaturamento

Marilene do Nascimento Falsarella, funcionária da seção de Resíduos Sólidos na prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na época em que Antonio Palocci era prefeito, confirmou ontem a existência de superfaturamento de contratos, principalmente com referência à varrição de ruas. A ordem, segundo Marilene, partia do seu chefe imediato, Mauro Pereira Júnior, que lhe pedia para datilografar a alteração, para maior. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) estranhou que ela, como servidora pública, aceitasse fazer as alterações contratuais.

Em depoimento prestado a portas fechadas à CPI, Mauro Pereira Júnior e Paulo Antônio Henrique Negri, ex-funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto, confirmaram a existência de esquema de superfaturamento nos contratos de limpeza urbana entre a prefeitura e a empresa Leão Leão. Assim como a depoente anterior, Marilene do

Nascimento Falsarella, Mauro e Negri afirmaram que sofreram pressão para que concordassem com o esquema.

A comissão também ouviu ontem o motorista Francisco das Chagas Costa, que conduziu em Brasília, entre 2003 e 2004, Vladimir Poletto, Rogério Buratti e Roberto Carlos Kurzweil. O motorista sustentou que os três se reuniam com frequência e que, quando se dirigiam ao Ministério da Fazenda, diziam que iam se encontrar com o "chefão". Eles estão envolvidos em denúncias de corrupção ligadas, principalmente, ao suposto ingresso de dólares de Cuba para o PT.

Para o relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o esquema de propina em Ribeirão Preto possivelmente funcionou durante quatro anos, a partir de meados de 2001. Ele disse que os depoentes não souberam informar para onde iam os recursos desviados mensalmente.



Efraim e Garibaldi Alves (D) ouvem o depoimento da funcionária Marilene Falsarella



Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, conversa com ACM Neto e Onyx Lorenzoni

Delcídio e Serraglio divergem sobre ampliação dos trabalhos

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse ontem que considera precipitado falar na prorrogação dos trabalhos da comissão. No entanto, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou que não se opõe à extensão do prazo de encerramento dos trabalhos.

– Nossos focos já estão estabelecidos e os sub-relatores estão trabalhando nesse sentido para concluir a CPI dentro daquilo que foi projetado, ou seja, apresentar o relatório final no dia 21 de março. A prorrogação pode vir até mesmo a prejudicar a aprovação do relatório – explicou Delcídio.

Por sua vez, Osmar Serraglio disse que não se sente à vontade para se opor à prorrogação dos trabalhos da comissão. Acrescentou que a investigação das novas denúncias relacionadas ao

esquema de pagamento de propina a parlamentares, que envolvem o PMDB, é para ele um “dever moral”.

Delcídio Amaral, no entanto, não entende que seja responsabilidade da CPI dos Correios apurar esse assunto.

– A CPI dos Correios não foi feita para investigar o mensalão. O Congresso criou outra CPI para isso. O que surgir nesse sentido até a finalização dos trabalhos, vamos encaminhar à Corregedoria da Câmara e ao Conselho de Ética.

Está descartada, segundo Osmar Serraglio, a possibilidade de a CPI dos Correios encerrar sua atuação e transferir à CPI dos Bingos o que não conseguir concluir. Segundo Serraglio, uma comissão parlamentar não tem competência para determinar o que cabe à outra investigar.

Ana Júlia reafirma inocência e atribui acusações a perseguição

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu-se ontem das acusações de financiamento ilegal de campanha eleitoral que está lhe fazendo um órgão de comunicação – ela omitiu o nome da empresa. Segundo afirmou, esse veículo está a serviço de grileiros, escrivistas e outros integrantes do que chamou de “consórcio da morte e da violência no campo”.

Conforme Ana Júlia, as denúncias foram levadas a investigação na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) da Violência no Campo, e nada foi encontrado que incriminasse a ela ou a seus assessores, inclusive depósitos bancários feitos por madeireiras participantes do programa Safra Legal. A senadora disse que recebeu doações de madeireiras idôneas, dentro da lei, e que foram informadas à Justiça Eleitoral.

Conforme a parlamentar, as matérias trazem acusações que nem sequer estão no relatório da



Ana Júlia diz que CPI apurou denúncia e nada encontrou que a incriminasse

CPI e omitem as informações que a inocentam.

– Acredito que a publicação desse tipo de matéria decorre da possibilidade de eu ser candidata às eleições para governador no Pará. Daqui a pouco eu vou me aborrecer e me candidatar, embora não seja o meu desejo – disse.

Ana Júlia recebeu a solidariedade da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e dos senadores Sibá Machado (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Mão Santa (PMDB-PI).



Agripino: comissão precisa analisar o extrato bancário de Paulo Okamoto

Agripino apresenta motivos para a extensão do prazo

Ao comunicar a entrega à Mesa do pedido de prorrogação da CPI dos Bingos, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou em Plenário os motivos pelos quais os parlamentares signatários do documento julgaram necessária a extensão dos trabalhos da comissão. Agripino mencionou, entre outras razões, a constatação de ligações telefônicas entre Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, e os ex-dirigentes petistas Delúbio Soares e Sílvio Pereira, além do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Agripino disse que o fato de Okamoto ter entrado com recurso no Supremo Tribunal Federal para impedir a quebra de seu sigilo é um forte motivo para a continuação das investigações, uma vez que a análise de seu extrato bancário poderia demonstrar o uso de dinheiro do valerioduto para o pagamento de empréstimo que o presidente Lula tomou do Partido dos Trabalhadores.

Roosevelt Pinheiro

Marcio Kollme

Marcio Mariz

José Cruz



Para Virgílio, o presidente alardeou medidas, mas nada concretizou

Virgílio: violência aumentou no Rio com o governo Lula

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), responsabilizou ontem, em pronunciamento no Plenário, o governo Luiz Inácio Lula da Silva pelo aumento da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro. Para o senador, a atual política de segurança é falha, o que se reflete na operação que o Exército está realizando nas favelas cariocas em busca de armas roubadas de suas instalações.

De acordo com Arthur Virgílio, Lula apenas alardeou a adoção de medidas, mas nada concretizou, o que levou o país a um estado de aparente ausência de leis.

– Para não dizer que nada foi feito, o governo Lula criou um improvisado programa para aumentar o número de postes de luz nas ruas e aumentar a potência das lâmpadas. Que se saiba, alguns postes a mais foram colocados em Brasília e mais não se sabe – frisou o parlamentar.

Saturnino: estado não faz a sua parte no combate ao crime

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou ontem que a segurança pública é dever comum dos governos federal e estaduais. Ele fez a afirmação em resposta a Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), que, momentos antes, havia responsabilizado o governo federal pelo aumento da criminalidade no Rio de Janeiro. Saturnino disse compartilhar das mesmas preocupações do líder do PSDB no tocante ao problema, observando que o governo federal tem feito a sua parte, mas falta a contrapartida do governo estadual.

Saturnino anunciou que o governo federal vai liberar ainda hoje R\$ 140 milhões para o estado do Rio comprar equipamentos e tomar as primeiras providências quanto à implementação da Força Nacional de Segurança Pública – equipe de elite treinada para agir em momentos de crise.

Com o apoio de mais de 1 milhão de assinaturas, projeto entregue aos presidentes do Senado e da Câmara visa eliminar brechas legais que beneficiam os criminosos

Proposta da população amplia ofensiva contra a impunidade

Após realizarem uma manifestação diante do Congresso Nacional, integrantes da campanha “Diga não à Impunidade” apresentaram aos presidentes da Câmara e do Senado, deputado Aldo Rebelo e senador Renan Calheiros, projeto de lei de iniciativa popular que promove alterações na legislação penal. Um dos objetivos é impedir que os condenados pela prática de crime hediondo possam recorrer em liberdade e que os condenados por crime de tortura sejam beneficiados por meio de indulto. O grupo, do qual fazem parte pais de jovens assassinados, entregou a Aldo e Renan mais de 1 milhão de assinaturas em apoio à proposta.

– Queremos alterar seis itens do Código Penal para fechar algumas brechas existentes nessa legislação e, assim, diminuir a sensação de impunidade – declarou Cleide Ribeiro, mãe de Gabriela Ribeiro, morta em março de 2003, aos 14 anos, após ser baleada em um tiroteio no metrô

Iniciativa dificulta progressão da pena

Alterações que a campanha “Diga não à Impunidade” quer promover na legislação penal brasileira

- ✓ Acabar com a aplicação do conceito de “crime continuado” aos casos de homicídio.
- ✓ Extinguir o chamado protesto por novo júri.
- ✓ Fazer com que a aplicação de benefícios se baseie no tempo total da pena.
- ✓ Exigir o trabalho do preso para concessão de benefícios.
- ✓ Impedir que o condenado por crime hediondo recorra em liberdade.
- ✓ Vetar a concessão do indulto a condenado por crime de tortura.

da cidade do Rio de Janeiro.

Entre os integrantes do grupo também estava a autora de telenovelas Glória Perez, cuja filha, a atriz Daniela Perez, foi assassinada em 1992. Glória liderou o movimento que apresentou o projeto de lei de iniciativa popular, aprovado em 1993, que incluiu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos.

– Minha expectativa é que a Câmara e Senado tenham a sen-

sibilidade para acolher a vontade popular, fazendo com que esse projeto tenha tramitação rápida – afirmou Glória.

O grupo escolheu o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, para entregar a proposta de projeto de lei de iniciativa popular ao Congresso Nacional. Segundo Cleide Ribeiro, esse dia foi escolhido como uma forma de homenagear as mães de jovens vítimas da violência.

Renan promete rapidez na votação da matéria

Para o senador Renan Calheiros, a única maneira de o Congresso reaver a confiança e a credibilidade é aumentando a interação com a sociedade brasileira e promovendo as alterações legislativas que ela demanda. Ele se comprometeu a elaborar um calendário “especialíssimo” para votação das mudanças propostas.

– O crime já é algo bárbaro e repugnante. O crime hediondo

é muito pior. A própria palavra indica a contrariedade que todos estamos expressando aqui.

Renan lembrou que, quando exerceu o cargo de ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique, investigações da Polícia Federal sobre o roubo de cargas se depararam com um tipo de crime que precisava ser tipificado como hediondo, o crime de falsificação de remédios.

– Liguei então para o ministro

da Saúde, redigimos uma alteração tornando [a falsificação] crime hediondo, agravamos a pena e esse tipo de crime saiu do noticiário. Não sei se deixou de existir, mas pelo menos saiu do noticiário. Acho que essa proposta deve receber o mesmíssimo tratamento. Tão logo chegue ao Senado, nós daremos urgência urgentíssima para podermos dar uma rápida definição, como nos cobra a sociedade – disse.

Malta quer adoção de norma rigorosa para mudar regime

Magno Malta (PL-ES) defendeu, em discurso no Plenário, maior rigor para o regime penal de autores de crimes hediondos, como o estupro. Projeto do senador estabelece que esses criminosos só poderiam obter o benefício do regime semi-aberto, por exemplo, depois de cumprirem dois terços no regime fechado.



Projeto de Malta estabelece regras duras para obtenção des benefício

De acordo com o parlamentar, a permissão para que a pena dos autores de crimes hediondos progrida (seja amenizada) foi como “uma cuspada, uma escarrada” nos rostos dos pais

de vítimas desses delitos. O benefício é fruto de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional a proibição de progressão da pena.

Lembrando a comemoração, ontem, do Dia Internacional da Mulher, o senador chamou atenção para o sofrimento dos milhões de mães humildes e anônimas que perdem seus filhos em razão da criminalidade ou têm de cuidar deles quando, atingidos pela violência, tornam-se portadores de deficiências.



Antonio Carlos cita matéria com relato de fraudes em três municípios da Bahia

ACM denuncia irregularidades no Bolsa-Família

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) utilizou reportagem de jornal da Bahia para denunciar irregularidades em municípios do seu estado no âmbito do programa Bolsa-Família. Conforme a matéria, foram constatadas fraudes em cadastros do benefício nas cidades de Barreiras, Conceição de Almeida e Teixeira de Freitas.

O senador lembrou que o próprio ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, teria admitido que o programa deveria ser mais bem fiscalizado. “O ministro sabe que até em sua terra natal, Bocaiúva (MG), estão praticando irregularidades com o Bolsa-Família”, disse.



João Batista Motta aponta “desleixo” do governo federal

Motta protesta contra injustiças na área social

Ao protestar contra o que chamou de injustiças no âmbito social João Batista Motta (PSDB-ES) exemplificou a situação com dois casos, ambos tendo em comum “o desleixo e o abandono” do governo federal.

O primeiro se relaciona o pedido feito em 2003 pelo capixaba Antônio Guedes da Silva, de 80 anos, que até agora não foi atendido pelo Ministério da Justiça. O outro caso é o de Arildo Santana, com mais de 70 anos, e família, que, por manobra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), segundo o parlamentar, tiveram as terras desapropriadas, sendo concedida a posse a outras pessoas.

Elogio e reconhecimento à luta das mulheres

Em pronunciamentos no Plenário, muitos senadores saudaram o Dia Internacional da Mulher, transcorrido ontem. Mozarildo Cavalcanti enalteceu a luta das mulheres pobres da Amazônia, em especial as de Rondônia.

A memória daquelas que desafiaram tradições e aderiram a causas sociais, como Anita Garibaldi, foi reverenciada por Paim. Enquanto Ideli pediu respeito e harmonia na relação entre homens e mulheres, Mão Santa criticou o governo por descuidar da

saúde das brasileiras. Segundo observou, 81% dos municípios não têm condições de fazer diagnóstico de câncer de mama. Já Pedro Simon elogiou a capacidade das mulheres e ressaltou os avanços conquistados ao longo dos anos.

Mozarildo



Geraldina Maggela

Heroínas da Amazônia

O líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), enalteceu as mulheres da Amazônia, especialmente as de Roraima, ressaltando que, nas circunstâncias de pobreza em que a maioria vive, “elas podem ser consideradas heroínas”.

O senador homenageou ainda as mulheres do Parlamento e servidoras do Senado, e pediu a transcrição, nos Anais da Casa, do editorial de ontem do jornal *Correio Braziliense*, com o título “Dia da Mulher”.

Paim



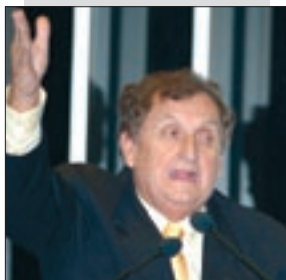
Moreira Mariz

Reverência às latino-americanas

Paulo Paim (PT-RS) abriu sua homenagem ao Dia Internacional da Mulher reverenciando a memória de mulheres latino-americanas que desafiaram tradições ao aderir a grandes causas sociais. Destacou a trajetória da piauiense Jovita Alves Feitosa, voluntária da Guerra do Paraguai aos 17 anos, e Anita Garibaldi, que lutou ao lado do marido, Giuseppe Garibaldi, na Revolução Farroupilha.

Sobre a mulher atual, exaltou a busca pela independência, liberdade e realização profissional.

Mão Santa



Roosevelt Pinheiro

Descuido com a saúde feminina

Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo Lula de descuidar da saúde feminina. Segundo informou ontem em Plenário, 81% dos municípios não têm condições de fazer o diagnóstico do câncer de mama, e o pagamento por consulta médica no Sistema Único de Saúde (SUS) é de apenas R\$ 2,50.

– Ô Lula, deixe a rainha e volte da Inglaterra, pois as mulheres do Brasil estão sofrendo. Nunca a saúde do país esteve tão ruim. Este governo despreza as mulheres – afirmou.

Ideli



Roosevelt Pinheiro

Respeito em todos os dias do ano

Ao homenagear ontem as mulheres brasileiras, Ideli Salvatti (PT-SC) destacou aquelas que não têm visibilidade nos meios de comunicação, mas que se empenham nas lutas do dia-a-dia. A senadora pediu respeito e harmonia entre homens e mulheres em todos os dias do ano, e não apenas numa data especial.

Ideli homenageou especialmente as mulheres que chefiam 25% dos lares brasileiros, ganhando, em sua maioria, até três salários mínimos, e as que tiveram seus filhos assassinados.

Simon



Roosevelt Pinheiro

Determinação e muito trabalho

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou os avanços conseguidos pela mulher “em função de sua determinação e capacidade de trabalho”. Segundo o senador, cerca de 80% dos aprovados em concursos públicos no Brasil, hoje, são mulheres.

Simon ressaltou que no passado a mulher “vivia escravizada pelo homem”.

– Hoje, ela definitivamente ocupou seu espaço, e, um dia, mais de metade dos governantes do mundo serão mulheres.

Má conservação das estradas

Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí (SC), que ingressou com ação civil pública para obrigar o governo federal a recuperar a BR-470. O senador disse que as vítimas de acidentes deveriam processar o governo pela má conservação das rodovias. Pavan também anunciou a realização da Festa da Cebola, em Ituporanga (SC), de 14 a 19 deste mês.

Alvaro Dias cita críticas da CNBB

Recentes comentários do presidente da CNBB, cardeal Geraldo Majella Agnelo, sobre o governo Lula, foram citados ontem por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador listou entre as críticas do religioso a submissão a imposições de credores, o favorecimento à lucratividade recorde dos bancos e a promoção do assistencialismo por meio do programa Bolsa-Família.

Sibá: solidariedade a juíza de Rondônia

Sibá Machado (PT-AC) apresentou requerimento de voto de solidariedade à juíza Duília Reis, da comarca de Ariquemes (RO), ameaçada de morte por madeireiros, por ter determinado a apreensão e o leilão de caminhões com madeira extraída de forma ilegal. O senador anunciou ainda a realização no Brasil, esta semana, da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária.

Flexa Ribeiro homenageia Covas

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) homenageou ontem Mário Covas, que faleceu há cinco anos. O senador afirmou que “a memória de Covas está viva e conduzirá as eleições deste ano”. Covas foi deputado federal, senador, prefeito de São Paulo e duas vezes governador do estado de São Paulo. Também participou da fundação do antigo MDB e do PMDB.

Relator decide cortar emendas de investimentos para resolver impasse

O relator-geral do Orçamento da União para este ano, deputado Carlito Merss (PT-SC), decidiu cortar R\$ 900 milhões nas emendas feitas pelas bancadas estaduais e pelas comissões do Congresso, repassando o dinheiro para ressarcir estados exportadores (Lei Kandir). As emendas das comissões e das bancadas são de investimento em projetos de âmbito nacional ou estadual.

Merss chegou a essa alternativa de corte depois que as lideranças partidárias vetaram a possibilidade de se reduzirem os valores das emendas individuais dos deputados e senadores num ano eleitoral – essas

geralmente se destinam a projetos nos municípios. Por outro lado, a equipe econômica do governo não concordou com qualquer nova tentativa do Congresso de reestimar as receitas para beneficiar os estados exportadores.

O relator decidiu ainda direcionar outros R\$ 900 milhões para a Lei Kandir, desde que haja excesso de arrecadação federal ao longo de 2006. Assim, os governadores de estados exportadores contarão no Orçamento da União com as mesmas verbas recebidas no ano passado: R\$ 5,2 bilhões. Merss também já admite modificar a redação de uma frase do projeto que

condiciona a liberação de dinheiro para a Lei Kandir à aprovação de um regulamento para o fundo previsto na própria lei. Como não existe a regulamentação, todo ano há uma queda de braço entre o governo federal e os estados em torno do ressarcimento aos estados que isentam exportações. Os governadores não admitem que se coloque na lei do Orçamento a exigência da regulamentação.

O presidente da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para hoje, quando deverá ser lido o relatório final de Carlito Merss.

Moreira Mariz



Informações sobre montante de investimentos públicos são discrepantes, afirma Jereissati

Jereissati questiona dados do governo

Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou ontem que encaminhou requerimento à Mesa do Senado solicitando esclarecimentos à liderança do governo sobre as discrepâncias entre os números apresentados por órgãos oficiais sobre

investimento público em 2005. Segundo o senador, enquanto o Ministério do Planejamento divulgou, em janeiro, que o investimento público liquidado em 2005 foi de R\$ 7,9 bilhões, o Tesouro Nacional, utilizando dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), anunciou que esse valor foi de R\$ 17,3 bilhões.

– Observei que, se o investimento liquidado do Orçamento de 2005 foi de R\$ 17,3 bilhões, o valor pago foi de apenas R\$ 5,8 bilhões, o que significa que R\$ 11,5 bilhões de investimentos ficaram para ser pagos este ano – afirmou.

Para Jereissati, mecanismos “que mascaram os dados da economia” fazem da discussão sobre o Orçamento “um exercício de fantasia”.



Genardo Magela

No lançamento, com a presença de ex-presidentes do Senado, Renan (E) destaca a importância da obra de João Bosco (D)

Livro analisa oratória de presidentes do Senado

O livro *Palavra de Presidente – Sob o Signo de Rui Barbosa*, do consultor legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, foi lançado ontem no Salão Nobre do Senado, em solenidade que contou com as presenças do presidente Renan Calheiros e de quatro senadores ex-presidentes da Casa: José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Edison Lobão (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

A obra, editada pelo Senado, reúne os discursos de posses dos presidentes do Senado no período republicano, de 1891 a 2005.

João Bosco, mestre em lingüística, analisa e contextualiza os pronunciamentos. Da oratória dos presidentes extrai-se um panorama histórico da política no Brasil.

– É uma forma de ver como este Congresso e este Senado têm uma existência fundamental para a própria democracia brasileira – disse João Bosco, também organizador de outra compilação de discursos dos presidentes da República.

José Sarney classificou *Sob o Signo de Rui Barbosa* como “um subsídio valioso” para todos os

que quiserem estudar a Presidência do Senado e a história do país.

Renan Calheiros recomendou o livro para historiadores, estudantes, políticos e “para todos os brasileiros”, destacando que ele permite ao leitor “acompanhar a história contemporânea do país”, com os ciclos autoritários e os efeitos no Parlamento.

– Vemos, na palavra de seus presidentes, como o Congresso Nacional resistiu bravamente aos surtos ditatoriais, dentro dos limites possíveis de cada época – afirmou.

ILB, Unilegis e Interlegis abrem ano letivo

Em discurso na cerimônia de abertura do ano letivo de 2006, realizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis), o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou ontem que os parlamentares necessitam reconquistar sua credibilidade junto à opinião pública. Na aula inaugural, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o fim do sigilo bancário para quem exerce cargos públicos, inclusive os detentores de mandato eletivo.

A fim de impedir a influência do poder econômico, Simon pediu o financiamento público das campanhas e a substituição dos programas de televisão por debates ao vivo entre candidatos. O voto distrital e a fidelidade partidária também devem ser instituídos, disse, numa reforma para restaurar a ética na política.

O senador criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-



Célio Azeredo

Florian Madruga, Vânia Maione, Pedro Simon, Efraim Morais, Agaciel Maia e Márcio Sampaio

presidente Fernando Henrique Cardoso por, segundo ele, terem restringido as investigações parlamentares das denúncias contra os seus respectivos governos. Simon citou como exemplo os casos do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, no governo Lula, e da CPI do Banestado, para investigar irregularidades no governo Fernando Henrique.

Cidadania

Ao abrir a cerimônia no auditório do Interlegis, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva

Maia, afirmou que o ILB e a Unilegis também têm o objetivo de “resgatar valores éticos e o exercício da cidadania, permitindo que centenas de servidores e dirigentes tenham oportunidade de participar de um eficiente processo de capacitação profissional e desenvolvimento intelectual”.

Agaciel lembrou que o ILB foi criado para formar servidores do Congresso, de assembleias e câmaras de vereadores e a Unilegis para promoção do ensino, pesquisa e extensão no Legislativo.

Projeto do senador, que tem parecer favorável de Eduardo Azeredo, será votado hoje na CAS, em decisão terminativa

Tourinho defende aposentadoria para donas-de-casa

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu a aprovação de projeto de sua autoria que regulamenta o direito à aposentadoria das donas-de-casa de baixa renda. A proposta, que garante aposentadoria no valor de um salário mínimo, será examinada hoje em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovada, segue para a Câmara.

O senador ressaltou que, com a aprovação do projeto (PLS 318/05), terá sido atendida a principal reivindicação da marcha nacional comandada ontem pelas donas-de-casa, que vieram a Brasília pressionar o governo para a concessão de aposentadoria. Essa é, na sua opinião, a melhor homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Tourinho explicou que a contribuição mensal à Previdência será inferior à dos demais trabalhadores, baixando de 20% do salário de referência para 11% sobre o salário mínimo. Garantiu também



Moreira Mariz

Segundo Tourinho, aprovação da proposta homenageia as mulheres

que as donas-de-casa terão direito a aposentadoria por invalidez e por idade, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-família e salário-família.

Em apertes, Sibá Machado (PT-AC) aplaudiu a iniciativa e Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que, durante a discussão da reforma da Previdência, houve muitas críticas à proposta que tratou do assunto, embora ela e outros parlamentares apontassem avanços como o da aposentadoria para as donas-de-casa.

Para Azeredo, a proposta beneficia trabalhadoras sem proteção social

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) conclamou os senadores a aprovarem o projeto (PLS 318/05) de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que concede aposentadoria para as donas-de-casa de baixa renda. Azeredo é o relator da matéria, que será votada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo, ou seja, se aprovada, não precisará ser votada em Plenário, sendo enviada para a Câmara dos Deputados.

A proposição estabelece, entre outros dispositivos, que o segurado sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência e que seja de família de baixa renda, pague alíquota de 11% para ter acesso ao benefício equivalente a um salário mínimo. A proposição define como família de baixa-renda aquela que apresente renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

“A proposta visa a incluir no



Roosevelt Pinheiro

Projeto aumenta receita ao incorporar novos contribuintes, afirma Azeredo

Regime Geral da Previdência trabalhadores que não contam com qualquer tipo de proteção social”, sustenta Azeredo no seu voto, observando que o projeto colabora com a política fiscal, na medida em que aumenta a receita pública ao incorporar novos contribuintes à Seguridade Social.

A aprovação do projeto, acrescentou, é uma resposta do Senado às reivindicações das mulheres que participaram ontem da Marcha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa.

Projeto de Cristovam Buarque que define piso de R\$ 700 para docentes de nível médio e R\$ 980 para os de nível superior vai a exame na CE, onde terá decisão terminativa

CCJ aprova piso salarial para professores da rede pública

Voto do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), favorável a projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o piso salarial profissional dos educadores públicos no âmbito da União, estados, DF e municípios, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pela proposta, no ano posterior ao da sanção da lei, o piso referente à jornada de 40 horas semanais não poderá ser inferior a R\$ 700 para professores de nível médio e a R\$ 980 para os de nível superior.

Nos anos posteriores, o piso

salarial fixado por lei de iniciativa do Executivo nunca poderá ser inferior a, no mínimo, 60% do investimento mínimo anual por aluno. A proposta assegura ainda aos educadores públicos o direito de optar pelo regime de trabalho e de remunerações atuais, ou de se adaptar à jornada de trabalho exigida para garantia do piso salarial, que nunca será inferior a 40 horas semanais.

O projeto (PLS 59/04) segue para votação na Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa. Segundo Cristovam, a proposta resgata “enorme e his-

tórica” dívida do poder público com seus educadores.

A CCJ também aprovou em decisão terminativa projeto de Roseana Sarney (PFL-MA), relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), que atualiza a legislação sobre danos patrimoniais, instituindo novas punições a essa modalidade de crime.

Foi acolhido ainda parecer de José Maranhão (PMDB-PB) ao projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que obriga o uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados a operações sobre grandes extensões de água.

Polêmica adia análise de nome para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou para a próxima quarta-feira a votação secreta da indicação do nome de Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antônio Carlos de Nogueira. Depois de votada na CCJ, a indicação será submetida ao Plenário.

O adiamento foi decidido depois que o senador Almeida Lima (PMDB-SE) observou que o candidato não atendia aos requisitos constitucionais para o preenchimento do cargo.

– O candidato não possui os dez anos necessários de efetivo exercício da advocacia, pois seu registro profissional na Ordem dos Advogados do Brasil é de dezembro de 2005 – observou.

Relator da matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o requisito “efetiva atividade profissional” não deve ser interpretado exclusivamente como exercício advocatício, mas como exercício na área jurídica, caso em que, informou, Luiz Paulo se enquadra, por ter exercido cargos nessa área e ser, atualmente, secretário-executivo do Ministério da Justiça.

– Mas acho razoável que se adie a votação para que possamos aprofundar a discussão – ponderou Tebet.



Proposta aprovada pela Comissão de Justiça será apreciada em turno suplementar

Juizados especiais da Fazenda Pública para pequenas causas

Os brasileiros poderão passar a contar com juizados especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais e dos juizados especiais federais. A proposta, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo do relator, senador João Batista Motta (PSDB-ES).

A partir da criação dos tribunais especiais da Fazenda Pública, observa Valadares, será possível impugnar lançamentos fiscais, como o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), anular multas de trânsito indevidamente aplicadas, bem como atos de postura municipal, entre outros.

Pelo substitutivo, os juizados especiais da Fazenda Pública

terão competência para apreciar causas em que sejam réus pessoas jurídicas vinculadas aos poderes públicos estadual, municipal e do DF e territórios. O valor máximo para as causas é de até 40 salários mínimos, se impetradas perante a Fazenda dos estados e do DF, e de até 30 salários mínimos, se ajuizadas perante os municípios.

Segundo João Batista Motta, a aprovação do projeto é fundamental para a o país.

– Ao criar mecanismo célere de prestação jurisdicional para contendas envolvendo os poderes públicos, a proposta proporciona efetivo acesso à Justiça, por parte dos cidadãos e das microempresas e empresas de pequeno porte, que são o motor produtivo do Brasil – explicou João Batista.

Com decisão terminativa na CCJ, o projeto será apreciado ainda em turno suplementar.



Paim e Cristovam acompanham apresentação de Alan Kardec, coordenador da pesquisa

Ministério da Saúde interrompe pesquisa com cobaias humanas

O Ministério da Saúde determinou a interrupção da pesquisa sobre malária que vinha sendo realizada no Amapá com a utilização das chamadas cobaias humanas – pessoas que recebiam pagamento em troca da aceitação de serem picadas pelo mosquito transmissor da doença. A notícia foi apresentada pelo representante da pasta, Moisés Goldbaum, durante audiência sobre o tema promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Goldbaum, secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, foi publicada nesta semana a homologação da decisão contrária à pesquisa – coordenada pela Universidade da Flórida –, tomada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que o colegiado não adotava uma postura “obscurantista” e nem pretendia criar uma fobia contra a ciência. Mas alertou para a necessidade de compatibilização das pesquisas com o respeito às populações locais. Já Paulo Paim

(PT-RS) ressaltou o fato de terem sido utilizadas na pesquisa pessoas negras de uma comunidade remanescente de quilombolas.

O tema passou a ser investigado pela comissão depois de denúncia feita pelo promotor público Haroldo Franco, do Amapá.

O diretor de Programas Temáticos do Ministério de Ciência e Tecnologia, Isaac Roitman, considerou “inaceitável” o fato de não terem sido tomados os devidos cuidados com a preservação da saúde das pessoas envolvidas.

Coordenador da pesquisa, o biólogo Alan Kardec admitiu haver cometido um erro ao pagar a participação de habitantes locais, embora a prática, afirmou, já viesse sendo promovida pela Universidade de São Paulo. Ele lamentou que as informações divulgadas o tratem “como se fosse um torturador ou um nazista”.

Também participaram do debate o presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá, Dardeg Aleixo, e o subchefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, Alan Coelho.

Irregularidade no estudo sobre a malária foi descoberta por acaso

As precárias condições de uma escola no interior do Amapá ajudaram o promotor Haroldo Franco a descobrir e denunciar a utilização de cobaias humanas durante a coleta de dados para uma pesquisa sobre a malária coordenada pela Universidade da Flórida, em parceria com instituições nacionais como a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de São Paulo (USP).

Durante audiência ontem na CDH, Franco relatou ter ido à comunidade de São Raimundo do Piratava (AP), onde foram coletados os dados para a pesquisa, para observar as condições de uma escola semi-destruída. Ao se reunir com a comunidade local,

o promotor ficou sabendo, então, que o posto de saúde também estava em condições ruins. Ao visitá-lo, constatou que, bem ao lado, funcionava um laboratório muito bem equipado.

Foi então que começou a conhecer detalhes da pesquisa.

A casualidade levou o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia na audiência, Isaac Roitman, a comentar que o Brasil vive a “incoerência” de ter, lado a lado, uma escola em ruínas e um laboratório científico em bom funcionamento.

– Para termos uma boa pesquisa, não podemos conviver com a atual situação de nossas escolas – disse Roitman.